

ATA Nº 3

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

SESSÃO ORDINÁRIA

-----Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, na sede da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, pelas vinte e uma horas e catorze minutos, teve início a Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, com a seguinte ordem de trabalhos:

----- **1º Ponto - *Apreciação e Aprovação da Ata nº 2 da Assembleia de Freguesia* ----**

----- **2º Ponto - *Parecer da Assembleia de Freguesia sobre a Reorganização***

Administrativa Territorial Autárquica -----

----- **3º Ponto - *Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia***

----- À hora de abertura dos trabalhos havia quórum de acordo com a Lei e estavam presentes os seguintes membros que compõem a Assembleia de Freguesia, à exceção de António José Dias Canhoto, membro do Partido Social Democrata o qual em tempo oportuno entregou por mão própria nos serviços da Secretaria da Sede de Freguesia, um documento endereçado ao Presidente da Assembleia de Freguesia o qual tinha a ver com a sua ausência por um período inferior a trinta dias, pedindo no mesmo a sua substituição. ---

----- De acordo com a Lei o Presidente da Assembleia de Freguesia, procedeu às démarches necessárias e inerentes à substituição do mesmo, convocando o elemento imediatamente a seguir na lista do Partido Social Democrata, o qual tinha aceite e se encontrava presente. -----

----- Assim, a tomada de posse do novo membro da Assembleia de Freguesia, não pode constar como ponto da Ordem de Trabalhos em virtude do respetivo Edital já se encontrar afixado nos lugar públicos de estilo, aquando da entrega da justificação de ausência por parte de António José Dias Canhoto. -----

- Ezequiel Soares Estrada - Presidente -----
- Rita Isabel Duarte Cebolais – 1ª Secretária -----
- Cristina Maria Pinheiro de Matos – 2ª Secretária -----
- Jorge Manuel Alves Faria -----
- José Martinho Ramos da Silva -----
- Irene da Fonseca Crispim -----
- Isabel Maria Fonseca Gonçalves Campaniço -----
- Mário André Balsa Gonçalves -----
- Manuel Nazaré Luís -----

- João Ricardo Fernandes Frazão Moreira de Oliveira -----
- António Eduardo Almeida Gil Silva -----
- João Arménio Soares Brito -----

-----Tendo sido enviadas para esta Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia, convocatórias individuais aos membros que a compõem, foram também afixados editais, em tempo, nos lugares públicos da Freguesia Nossa Senhora de Fátima, com o anúncio do dia, hora e local da reunião e a respetiva ordem de trabalhos. -----

----- Em representação do órgão executivo da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, estiveram presentes: o Presidente Manuel Pereira Bilreiro, o Tesoureiro Carlos Alberto Machado e as vogais Felisbela de Jesus Costelas Rodrigues Rolhas e Maria José Margarido Vaqueiro Lemos. -----

----- O Presidente da Assembleia iniciou a reunião cumprimentando os presentes, informando-os de imediato ter recebido de um dos elementos do Partido Social Democrata na pessoa de António José Dias Canhoto, um pedido de ausência inferior a trinta dias, solicitando o mesmo a sua substituição. Assim, face ao referido pedido e de acordo com a Lei, foi em seguida convocado o elemento imediatamente a seguir na lista do Partido Social Democrata para substituição do mesmo, chamando em seguida para o ato de tomada de posse a cidadã Licínia da Silva Gonçalves Sousa.-----

----- O Presidente da Assembleia solicitou à primeira secretária que procedesse à leitura da ata avulso da tomada de posse do novo elemento, a qual se passou a transcrever: -----

ACTA

ACTA DE INSTALAÇÃO DE UM NOVO MEMBRO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA: -----

----- *Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e doze, nesta cidade do Entroncamento, na sede da Freguesia Nossa Senhora de Fátima, onde eu **Ezequiel Soares Estrada**, Presidente da Assembleia de Freguesia, me encontrava para efeitos do disposto da alínea i) do artigo décimo nono da Lei 169/99 de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de onze de janeiro e atento ao estabelecido número um do seu artigo septuagésimo nono, se procedeu à instalação de um novo membro, pelo facto do Senhor, **António José Dias Canhoto**, ter requerido a ausência por um período inferior a trinta dias.* -----

----- **LÍCINIA DA SILVA GONÇALVES SOUSA**, de 46 anos de idade, portador do Bilhete de Identidade nº 8256467, emitido em 07/10/2005, pelo Arquivo de Identificação de Santarém e titular como eleitor nº 10224 eleito para aquele Órgão da Freguesia por sufrágio universal e direto em ato realizado no dia 11/10/2009. -----

----- Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade e legitimidade do eleito e após este ter prestado juramento legal, o **Presidente**, declarou-o investido nas funções do que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada por todos os intervenientes e subscrita por mim. -----

Primeira Secretária da Assembleia de Freguesia. -----

----- Em seguida Licínia da Silva Gonçalves Sousa fez o juramento em conformidade com a Lei, assinou a ata avulso da tomada de posse bem como o Presidente da Assembleia e a primeira Secretária, ocupando o lugar na respetiva bancada. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia desejou as boas vindas à nova à empossada, passando em seguida e de acordo com o Regimento à intervenção do público o que não aconteceu por falta de participação do mesmo. -----

----- O Presidente da Assembleia deu continuidade à sessão, passando de imediato ao período antes da ordem do dia, o qual tinha um período de sessenta minutos, chamando a atenção dos membros das bancadas presentes, a fim de não abordarem assuntos relacionados com a Ordem de Trabalhos, no entanto iria ser um pouco mais extensa, dado à informação que o mesmo tinha para prestar aos membros com assento na Assembleia de Freguesia dando em seguida a palavra ao elemento da Bancada da Coligação Democrática Unitária Manuel Nazaré Luiz. -----

- Coligação Democrática Unitária – Manuel Nazaré Luiz iniciou a sua intervenção alertando mais uma vez para um assunto o qual já tinha abordado inúmeras vezes, referindo também assuntos levantados por elementos de outras bancadas, onde alguns tinham sido resolvidos e outros não, considerando não ser nada agradável. Continuou a sua intervenção questionando o porquê dos esqueletos das duas casas pré-fabricadas no Bairro da Habitação Social, ainda não tinham sido demolidas, continuando as mesma a ser um atentado perante os habitantes existentes no espaço envolvente, colocando em risco a saúde pública. -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia deu a palavra ao elemento do Bloco de Esquerda, José Martinho Ramos da Silva. -----

- Bloco de Esquerda – José Martinho Ramos da Silva, aproveitou a sua intervenção para cumprimentar os presentes, dizendo nada ter a apresentar. -----

----- O Presidente da Assembleia deu em seguida a palavra a um dos elemento do Partido Social Democrata na pessoa de António Gil.-----

- Partido Social Democrata – António Gil deu início à sua intervenção referindo-se ao processo que se encontrava a decorrer e relacionado com o "Infantário dos Ferroviários", questionando se o mesmo seria do conhecimento de todos os presentes, relevando de imediato o trabalho executado por parte da deputada Isilda

Aguincha, a qual desconhecia totalmente a intenção da desativação do referido Infantário e, após ter recebido um telefone sobre o encerramento do referido, tomou as devidas providências enviando um documento a fim de dar conhecimento a todos os partidos com assento na Assembleia da República, contestando o seu encerramento, o qual tinha sido aceite por todos os partidos à exceção do Partido Socialista. -----

----- Continuou a sua intervenção dizendo que o Infantário tinha sido visitado pelo Partido dos Verdes e pelo Bloco de Esquerda e à presente data os pais aguardavam uma reunião conjunta com a Assembleia da República. Posteriormente tinha havido uma reunião com os *pais das crianças*, "**ENCOPROF - Associação de Professores com sede no Entroncamento**" e a **CP - Comboios de Portugal**, a qual se encontra recetiva, desde que alguma entidade pudesse vir a arcar tal responsabilidade, havendo a possibilidade da "**ENCONPROF - Associação de Professores com sede no Entroncamento**", vir a assumir a Direção do referido Infantário. -----

----- O Presidente da Assembleia deu em seguida a palavra a outro elemento do Partido Socialista Mário Balsa.-----

- Partido Socialista - Mário Balsa iniciou a sua intervenção dando seguimento ao que tinha sido dito por parte do membro da Coligação Democrática Unitária Manuel Nazaré Luiz ao ter abordado o assunto relacionado com o Bairro da Habitação Social, questionando o Presidente da Junta se o mesmo tinha conhecimento para quando estaria previsto a nova implantação da Esquadra de Polícia, o local e o andamento do referido processo. Questionou ainda se o Presidente da Junta se sabia qual a motivação por parte da Câmara Municipal para com a matéria em causa, em virtude de se tratar de um assunto de elevado relevo para a segurança dos munícipes. -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia questionou o Presidente da Junta de Freguesia se o mesmo queria dar informação sobre o assunto em causa, o qual respondeu de imediato nada ter a acrescentar. -----

----- Após as intervenções descritas o Presidente da Assembleia usou da palavra e na qualidade de Presidente, tendo em conta a situação conturbada na última tomada de posse de um membro nesta Assembleia em que o mesmo apresentou uma denúncia em Sede do Ministério Público do Tribunal Administrativo de Leiria, passando a ler a mesma: -----

----- "*José Alfredo Neves Jacinto morador na Rua Coronel Raul de Oliveira Verdades Miranda, n.º 43 no Entroncamento, o qual dirigiu ao Delegado do Ministério Público a seguinte denúncia: A Lei 5-A, de 2002, dispõe, no seu art.º 76, numero 5, que "a falta de eleito local ao acto e instalação do órgão, não justificada por escrito no prazo de trinta dias ou considerada injustificada, equivale a renúncia, de pleno direito". O numero 6 do*

mesmo artigo diz que "o disposto no numero anterior aplica-se igualmente nos seus exactos termos, à falta de substituto, devidamente convocado, ao acto de assunção de funções".-----

----- Para o dia treze de Dezembro de dois mil e onze foi convocado para assumir funções, por renúncia do eleito José Nogueira, José Alfredo Neves Jacinto, cidadão titular do Bilhete de Identidade numero 6635293, emitido em 22/09/2003, pelo Arquivo de Santarém, conforme Ordem de Trabalhos inclusa na Acta respectiva, que se anexa. Tendo o signatário chegado ligeiramente atrasado (escassos minutos depois do início da reunião) por força de um acidente à entrada da Auto-Estrada do Norte, sentido Lisboa Porto, com ligação até ao Entroncamento, pela A23, não lhe foi conferida posse, pese embora tenha sido sugerido que a mesma ocorresse por mais do que um dos presentes na Assembleia de Freguesia Nossa Senhora de Fátima, em Entroncamento, conforme páginas 51 e 52 da respectiva acta anexa, tendo a instalação sido remetida para uma reunião posterior. Torna-se claro, na acta aprovada na reunião seguinte em 20 de Abril de 2012, que o eleito esteve presente na referida reunião, pelo que o disposto nos citados números do artigo 76 da Lei 5-A/2002 não faz sentido - a ausência não se verificou, o membro a instalar compareceu à reunião não lhe tendo sido conferida posse e tendo sido a dita adiada para reunião futura, conforme sugestão de eleitos do Partido Socialista (PS). ---

----- No dia 20 de Abril de dois mil e doze, os mesmos eleitos do PS, impediram a instalação do membro - que devidamente convocado se encontrava presente nessa reunião, desta vez, ainda até antes da hora prevista para o seu início - com base nos citados números do art.º 76, em oposição à sua sugestão, assumida na reunião anterior, invocando a falta de justificação escrita da ausência, que não aconteceu, no prazo de 30 dias após a mesma, independentemente de terem acabado, instantes atrás, de aprovar uma acta que, por si só, anula a referida falta. -----

----- Nestes termos, solicita-se a declaração de nulidade de todos os actos posteriores ao impedimento da assunção de funções do eleito José Alfredo Jacinto e que seja determinada a instalação do mesmo e repetição de todos os actos subsequentes, conforme agenda da reunião de 13 de Dezembro de dois mil e onze e seguintes. -----

Com os melhores cumprimentos (e consideração institucional).-----

À disposição de V^ª. Ex^ª, José Alfredo Neves Jacinto. -----

Entroncamento, 23 de Abril de 2012 -----

----- Após a leitura do acima descrito o Presidente da Assembleia de Freguesia disse ter recebido na qualidade de Presidente da Assembleia um pedido de documento certificados, vindo do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, que se passou a enumerar: -----

----- *Cópia do Pedido de Renúncia do ex-Presidente da Assembleia de Freguesia, Cópia do Edital da Reunião Ordinária de treze de dezembro de dois mil e onze, Cópia do Livro de Assinaturas da Presença aos convocados, Cópia do Edital da Reunião de vinte e cinco de maio de dois mil e doze, Cópia da Convocatória do elemento substituto, Cópia da Ata número um de vinte de abril de dois mil e doze e memorandum acerca dos factos ocorridos.* -----

----- *Disse o mesmo ter procurado cumprir os prazos exigidos entregando toda a documentação em mão própria ao Procurador do Ministério Público de Leiria .* -----

----- *Continuou no uso da palavra referindo-se ao memorandum e ao factos ocorridos:*

1 - Em 18 de Outubro de 2011, o Sr. José Nogueira, eleito nas listas do P.S.D., Presidente da Assembleia de Freguesia Nossa Senhora de Fátima, renunciou ao seu mandato por carta dirigida à mesa da Assembleia de Freguesia e segundo informou, por divergências no seio da sua própria bancada. (conforme anexo). -----

2 - Em 5 de dezembro de dois mil e onze a mesa da Assembleia em exercício, constituída pela primeira e segunda secretárias, ambas eleitas nas listas do P.S.D., convocaram através da primeira secretária, Presidente em exercício, uma Reunião Ordinária para o dia 13 de dezembro de dois mil e onze, pelas 20h30m, em que o 1º Ponto da Ordem de Trabalhos, era: -----

----- *"1º Ponto - Substituição de Membro da Assembleia de Freguesia" . (conforme anexo)*

3 - À hora de abertura dos trabalhos havia quórum de acordo com Lei. A Reunião iniciou-se conforme consta em (Ata nº 4 de 13 de Dezembro de 2011), às 20h55m, ou seja 25 minutos depois da hora prevista para o seu início. -----

4 - Por renúncia de mandato do Presidente da Assembleia, a 1ª secretária iniciou a sessão, cumprimentando os presentes, informando que cabia à mesma dar andamento à ordem de trabalhos (Ata nº 4 de 13 de dezembro de 2012, pág. 51). -----

5 - Entrou-se de imediato no 1º Ponto da Ordem de Trabalhos. Constatou-se que o elemento convocado para tomar posse, o Sr José Alfredo Neves Jacinto não estava presente. Após algumas intervenções, nomeadamente da parte da bancada do P.S.D. e do P.S., a Srª. Presidente em exercício, decidiu que face à ausência do elemento substituto, o 1º Ponto da Ordem de Trabalhos, ficava sem efeito (Ata nº 4 de 13 de dezembro 2012, página 51). -----

6 – Nenhuma das bancadas contestou esta decisão da Presidente em exercício. -----

7 – Também no livro de presenças dos convocados para a reunião, o espaço destinado à comprovação da presença por parte dos elementos presentes à mesma, não se encontra a assinatura, na linha correspondente do Sr. José Alfredo Neves Jacinto. (conforme anexo).

- 8 – Em 13 de Abril de 2012, a 1.^a secretária Presidente em exercício da Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, convocou uma nova reunião da Assembleia de Freguesia para o dia 20 de Abril de 2012 em que o 1.º ponto da Ordem de Trabalhos, era: “1.º Ponto – Substituição de membro da Assembleia de Freguesia”. -----
- 9 – À hora de abertura dos trabalhos havia quórum de acordo com a Lei. -----
- 10 – Iniciada a reunião, entrou-se no 1.º ponto da Ordem de Trabalhos – substituição de membro da Assembleia de Freguesia, para o que tinha sido convocado pela segunda vez, o Sr. José Alfredo Neves Jacinto. -----
- 11 – A bancada do Partido Socialista solicitou à mesa que fosse apresentada a justificação da ausência à reunião de 13 de Dezembro por parte do Sr. José Alfredo Neves Jacinto, nos termos da Lei (n.ºs 5;6;7 do Artigo 76.º da Lei 5 – A/2002 de 11 de Janeiro, primeira alteração à Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro). -----
- 12 – Constatou-se que não havia dado entrada, nos serviços Administrativos da Freguesia, qualquer justificação nos termos do n.º 5 do Artigo 76.º, da Lei 5-A/2002, primeira alteração à Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e assim a decisão da Assembleia de Freguesia foi no sentido do elemento convocado não poder tomar posse, de acordo com a referida Lei. -----
- 13 – A Sra. Presidente em exercício, após leitura da legislação, comunicou à Assembleia de Freguesia de N.ª Sª de Fátima que acolheu o entendimento expresso por alguns dos membros da Assembleia, também na sua opinião, no estrito cumprimento da Lei, o Sr. José Alfredo Neves Jacinto, já não reunia condições para tomar posse como membro eleito. Declarou com base neste entendimento que o 1.º ponto da Ordem de Trabalhos ficava sem efeito, não obstante em próxima reunião dever ser convocado o elemento seguinte da lista de eleitos do PSD para substituir o elemento em falta. -----
- 14 – Esta decisão da Sra. Presidente em exercício, não foi contestada por nenhum elemento da Assembleia de Freguesia, presente. -----
- 15 – A reunião continuou normalmente, cumprindo-se a totalidade dos pontos da Ordem de Trabalhos, verificando-se contudo no último ponto – “Apreciação da Informação escrita do Sr. Presidente da Junta de Freguesia”, um insólito abandono intempestivo por parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, sem justificação, no que foi acompanhado por dois dos cinco membros da Assembleia de Freguesia, da bancada do PSD. -----
- 16 – A ata da reunião de 20 de Abril de 2012, de que se junta cópia em anexo, foi aprovada, por unanimidade na reunião extraordinária realizada em 25 de Maio. -----
- 17 – No final da reunião da Assembleia de 20 de Abril de 2012, foi aprovada uma ata em minuta, nos termos do n.º 3 do Artigo 39.º do regimento. -----

18 – Como é prática foi efetuada uma gravação áudio de toda a reunião, que caso se entenda, poderemos facultar cópia. -----

19 – Mais informamos que para além das Reuniões de 13 de Dezembro de 2011 e 20 de Abril de 2012, este órgão Autárquico, realizou uma Reunião Extraordinária no dia 25 de Maio de 2012, pelas 21 horas, presidida por Ezequiel Soares Estrada, reunião essa que continha dois pontos na Ordem de Trabalhos: -----

1.º Ponto – Aprovação da ata n.º 1 de 20 de Abril de 2012, (aprovada por unanimidade). --

2.º Ponto – Substituição de Membro da Assembleia de Freguesia, (o que se veio a confirmar). Procedeu-se à recomposição da Assembleia de Freguesia, tendo o cidadão João Brito, que ocupava a lista dos eleitos da lista do PSD, no lugar imediato, iniciado funções. -----

----- Continuou a sua intervenção dizendo ter recebido uma comunicação de despacho de arquivamento no dia 08/06/2012, proveniente do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria - Ministério Público - Unidade de Apoio o qual se passou a transcrever. -----

Despacho-----

----- Os presentes autos respeitam a uma queixa apresentada por José Alfredo Neves Jacinto contra a Assembleia de Freguesia Nossa Senhora de Fátima, por não lhe ter sido conferida posse como membro dessa assembleia, em substituição de um eleito que havia renunciado ao cargo. -----

----- Alega que estando presente, para o efeito, na sessão ordinária, em 20/4/2012, foi-lhe recusada a posse, por não ter justificado a falta, em 30 dias, que havia dado para a realização desse acto, em 13/12/2011, para o qual havia sido convocado. -----

----- Vejamos alguns aspectos a ter em conta para a análise da situação, indicados pelo Presidente da Assembleia de Freguesia, devidamente documentados: -----

----- Em 05/12/2011 a mesa da Assembleia convocou uma reunião ordinária para o dia 13/12/2011, pelas 20h30m, em que o 1º Ponto da Ordem de Trabalhos, era: "1º Ponto - Substituição de Membro da Assembleia de Freguesia". -----

----- A reunião iniciou-se às 20h55m, ou seja 25 minutos depois da hora prevista para o seu início. -----

----- Entrou-se no 1º ponto da Ordem de Trabalhos e constatou-se que o elemento convocado para tomar posse, o Sr. José Alfredo Neves Jacinto, não estava presente. -----

----- Após algumas intervenções, nomeadamente da parte da bancada do PSD e do PS, a Sr.ª Presidente em exercício, decidiu que face à ausência do elemento substituto, o 1º ponto da Ordem de Trabalhos, ficava sem efeito. -----

----- Nenhuma das bancadas contestou esta decisão da Presidente em exercício. -----

----- Também no livro de presenças dos convocados para a reunião, o espaço destinado à

comprovação da presença por parte dos elementos presentes à mesma, não se encontra a assinatura, na linha correspondente do Sr. José Alfredo Neves Jacinto. -----

----- Em 13 de Abril de 2012, foi convocada uma nova reunião da Assembleia de Freguesia para o dia 20 de Abril de 2012 em que o 1º Ponto da Ordem de Trabalhos, era: "1º Ponto - Substituição de membro da Assembleia de Freguesia". -----

----- Iniciada a reunião, encontrou-se no 1º ponto da ordem de trabalhos - substituição de membro da Assembleia de Freguesia, para o que tinha sido convocado pela segunda vez, o Sr. José Alfredo Neves Jacinto. -----

----- A bancada do Partido Socialista solicitou à mesa que fosse apresentada a justificação da ausência á reunião de 13 de Dezembro por parte do Sr José Alfredo Neves Jacinto, nos termos da lei. (nºs 5;6;7 do Artigo 76º da Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, primeira alteração à lei nº 169/99, de 18 de Setembro). -----

----- Constatou-se que não havia dado entrada, nos serviços Administrativos da Freguesia, qualquer justificação nos termos do nº 5 do Artº. 76º da lei 5-A/2002 e assim a decisão da Assembleia de Freguesia foi no sentido do elemento convocado não poder tomar posse, de acordo com o referido normativo. -----

----- A Srª Presidente em exercício declarou que o 1º Ponto da Ordem de Trabalhos ficava sem efeito, não obstante em próxima reunião dever ser convocado o elemento seguinte da lista dos eleitos do PSD para substituir o elemento em falta. -----

----- Esta decisão da Srª Presidente em exercício, não foi contestada por nenhum elemento da Assembleia de Freguesia, presente. -----

----- Em 25/05/2012 realizou-se uma Reunião Extraordinária no âmbito da qual foi aprovada, por unanimidade a substituição de Membro da Assembleia de Freguesia, o que se veio a confirmar, procedeu-se, então, à recomposição da Assembleia de Freguesia, tendo o cidadão João Brito, que ocupava a lista dos eleitos da lista do PSD, no lugar imediato, iniciado funções. -----

----- Por isto, a questão suscitada nos presentes autos prende-se em saber se foi ou não observado o estabelecido nos art.s 76º, nºs 5 e 6 da Lei nº 169/99, de 11/1. -----

----- Ora, aceitando o participante que se atrasou à sessão, de 5/12/2011, por razões ligadas a um impedimento de trânsito o que originou a que fosse considerado faltoso e não se mostrando confirmada a justificação da falta é manifesta a violação dos citados dispositivos legais. -----

----- E perante isso nenhuma censura nos merece a actuação da Assembleia de Freguesia ao recusar a eleição daquele e daí a falta de fundamento para o Ministério Público intentar uma eventual acção tendente a requerer a anulação de qualquer acto relativo ao procedimento em análise, sendo certo que afastado está qualquer entendimento do vício

poder ser cominado com a sanção de nulidade. -----

----- Ademais, nem toda a irregularidade, em actos administrativos, reclama a intervenção do MP junto deste TAF. -----

----- Com efeito, face ao preceituado nos artºs 219º - 1 da CRP, 51º do ETAF, 6º/1 da LOFTJ e 3º - 1 da Lei nº 47/86, DE 15/X, compete ao M.P. representar o Estado, defender os interesses que a lei determinar e promover a realização do interesse público, estando o único caso de patrocínio imposto ao MP previsto na al. d) do nº 1 do citado artº 3º dessa Lei. -----

----- No domínio processual administrativo, as normas que conferem aqueles poderes ao MP mostram-se previstas nos artºs 9º/2, 55º-1/b), 62º, 68º - 1/c) e 68º - 1, al. c) do CPTA.-

----- E, embora esteja legalmente prevista a hipótese de impugnação de actos administrativos anuláveis pelo Ministério Público tal regra não é absoluta, já que em obediência à directiva do Sr Procurador da República de 23/7/1990, transcrita na Circular 8/90, de 27/7, com carácter vinculativo a obrigatoriedade de impugnação de tais actos por parte do M.P. recai apenas sobre actos nulos por determinação da lei ou de actos que violem direitos fundamentais, afectem interesse difusos ou colectivos ou infrinjam os princípios da justiça e imparcialidade da actividade administrativa. -----

----- Ainda aqui e a respeito da defesa da legalidade em acção pública de impugnação de actos administrativos seguimos a tese de José Carlos Vieira Andrade, in "A Justiça Administrativa (Lições) 7ª edição quando refere: "não parece razoável que o Ministério Público seja obrigado a promover um processo sempre que seja levado ao seu conhecimento (por denúncia dos particulares, por exemplo) uma situação em que haja dúvidas, mesmo só quando fundadas, sobre a legalidade de um acto ou de uma norma... De facto, a iniciativa do MP não tem sentido quando estejam em causa interesses meramente particulares, sobre tudo se a ilegalidade não é grave - aí, a estabilidade deve prevalecer sobre a legalidade". -----

----- Temos, pois, que pese embora não se questione a legalidade do M. P. para, em determinadas situações, impugnar actos administrativos meramente anuláveis, não o deverá fazer quando seja de ilegalidade duvidosa ou em função de interesses meramente particulares, quiçá depois de deixarem escapar o prazo de caducidade do direito de acção, mas sim quando esteja em causa a violação da legalidade administrativa, de forma patente, ostensiva e com alguma relevância/repercussão social ou que possa contender com valores e princípios, como os veiculados na sobredita Circular 08/90, o que seguramente não é o caso dos autos. -----

----- O mesmo é dizer que a matéria participada nos autos não reclama por parte do M.P. um qualquer procedimento que vá de encontro aos anseios e ao pedido neles formulado e

daí se determine o seu arquivamento. -----

----- O mesmo é dizer que a matéria participada nos autos não reclama por parte M.P. um qualquer procedimento que vá de encontro aos anseios e ao pedido neles formulado e daí se determine o seu arquivamento. -----

----- Comunique superiormente com cópia da denúncia, ao denunciante e ao Presidente da Assembleia de Freguesia. -----

----- O Procurador da República -----

*----- O Presidente da Assembleia continuou no uso da palavra e, para terminar o tema atrás descrito reforçou uma frase que havia sido dita em Reunião Extraordinária de vinte e cinco de maio de dois mil e doze pelo membro da bancada do PSD António Eduardo Gil e se prendia com o seguinte "**Os procedimentos que levaram à situação atual foram comunicados, pelo lesado ao representante do Senhor Procurador da República, aguardando-se a reposição da legalidade e normal funcionamento desta Assembleia ...**"*

----- Em seguida referiu-se ao caso insólito do desaparecimento da ata, assunto já do conhecimento de todos os presentes e sobre o qual tinha transmitido na Reunião Extraordinária que iria denunciar o desaparecimento da mesma ao Procurador Geral da República do Tribunal Judicial do Entroncamento, passando a ler a Apresentação de Denúncia entregue no Tribunal Judicial do Entroncamento: -----

Apresentação de Denúncia 28/05/2012 -----

- 1. Eu, Ezequiel Soares Estrada, na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, pelas dezassete horas e vinte minutos, do dia três de Maio de dois mil e doze, solicitei junto dos serviços administrativos da referida Freguesia, acesso à ata da Assembleia de Freguesia referente à sessão de treze de Dezembro de dois mil e onze, devidamente assinada por quem de direito e, constatei que esta não se encontrava no respetivo arquivo de atas da Assembleia de Freguesia. -----*
- 2. Fui informado pelas funcionárias da Freguesia, Maria Palmira e Jacinta de Fátima que a mesma se encontrava na posse do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Manuel Bilreiro. Face a esta informação solicitei à funcionária, Maria Palmira que obtivesse junto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, o original ou uma cópia da referida ata para consulta.-----*
- 3. A referida funcionária após ter apresentado junto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia a minha solicitação, informou-me que este exigia um pedido por escrito para poder ter acesso à respetiva ata. O mesmo, posteriormente enviou documento a Ezequiel Soares Estrada, a informar que “o referido requerimento, deve ser dirigido à mesa da Assembleia de Freguesia.-----*

4. *Entretanto o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, surge no espaço de atendimento, onde me encontrava acompanhado das duas referidas funcionárias e do Sr. ex. Presidente da Assembleia de Freguesia de N^a S^a de Fátima, José António Nogueira. Na presença dos mesmos solicitei, verbalmente ao Sr. Presidente da Junta, que me entregasse para consulta, a pretendida ata. Este informou-me que não a entregava e que a mesma, tinha sido remetida para o Ministério Público.*
5. *Pronunciei-me, relativamente a este facto, dizendo-lhe que no meu entendimento, considerava, abuso de autoridade da sua parte ao apossar-se de um documento da responsabilidade de um outro órgão Autárquico do qual eu era o primeiro responsável. -----*
6. *Retirei-me informando as funcionárias presentes que no dia seguinte, voltaria ao mesmo local de atendimento da Freguesia para mais uma vez procurar consultar a pretendida ata, quando voltei a consultar o Arquivo da Assembleia de Freguesia, encontrei uma ata com o n^o 4, datada de 13 de Dezembro de 2011 e apenas com a assinatura em original da 1^a Secretária da Assembleia de Freguesia, Rita Isabel Duarte Cebolais. (conforme anexo). -----*
7. *Entretanto fui informado pela funcionária, Maria Palmira que havia assinado uma segunda ata com o n^o 4, datada de 13 de Dezembro de 2011, da Assembleia de Freguesia, por indicação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, mas quando se apercebeu que estava a cometer uma irregularidade, ela própria rasgou a folha onde constava a sua assinatura. -----*
8. *No dia 15 de Maio de 2012, recolhi nos Serviços administrativos da Freguesia cópia do documento enviado pelo Ministério Público do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, “Referência PA 15/12, Of.º n^o 148/12, Leiria 2012/05/09” Assunto: Pedido de Documentos certificados”.*
9. *Este ofício tinha em anexo cópia do documento enviado ao Sr. Delegado do Ministério Público, pelo Sr. José Alfredo Neves Jacinto. Através deste documento tive conhecimento que este senhor terá enviado para o Ministério Público a ata n^o 4, referente à reunião do dia 13 de Dezembro de 2011.-----*
10. *Considerando o detetado desaparecimento do original da ata n^o4 de 13 de Dezembro de 2011 e perante esta afirmação, solicitei às funcionárias Maria Palmira e Jacinta de Fátima que junto dos arquivos, existentes no serviço procurassem algum pedido por escrito de cópia da ata n^o4 de treze de Dezembro de 2011, por algum autarca ou um outro cidadão, foi confirmado a não existência de qualquer pedido. -----*

11. *Contatei com os Serviços do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria Ministério Público – Unidade de Apoio, a fim de colher esclarecimento, relativamente aos documentos que me tinham sido solicitados e fui informado que o original da referida ata se encontrava junto ao referido processo.-----*
12. *Num segundo contacto em 23 de Maio de 2012, fui informado que tinha sido solicitado, por alguém da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, um Sr. Bilreiro, a sua devolução, havendo já despacho, nesse sentido.-----*
13. *Nesse mesmo dia, 23 de Maio de dois mil e doze pelas, dezassete horas e vinte minutos, desloquei-me aos serviços administrativos da Freguesia, consultei o arquivo da Assembleia de Freguesia e encontrei um documento manuscrito e assinado por José Alfredo Neves Jacinto, solicitando uma cópia da ata nº 4 de 13 de Dezembro de 2012, com uma rubrica que se presume seja da 1ª secretária da Assembleia, com data de entrada nos serviços da Freguesia a 23 de Maio de 2012.*
14. *Apesar do referido documento ter dado entrada oficialmente nos serviços administrativos da Freguesia no dia 22 de Maio de 2012, a data constante no documento indicando ter sido recebido pela 1ª secretária da Assembleia, é de 23 de Abril de 2012. -----*
15. *Confirmei mais uma vez a inexistência do original da ata nº 4 de 13 de Dezembro de dois mil e onze, nos arquivos da Assembleia, facto confirmado em documento elaborado e assinado pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e as funcionárias, Maria Palmira e Jacinta de Fátima.-----*
Face ao exposto como Presidente e 1º responsável pela Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, venho apresentar Denúncia dos referidos fatos e solicitar o apuramento de responsabilidades, a recuperação de original da ata nº 4 de 13 de Dezembro de 2011, a fim da sua reposição legal no arquivo da Assembleia de Freguesia, assim como os procedimentos considerados convenientes.-----
Junto:-----
 - *Cópia do pedido de acesso à ata nº 4 de 13 de Dezembro de 2012, conforme exigência. -----*
 - *Cópia da Informação do Presidente da Junta de Freguesia a Ezequiel Soares Estrada.-----*
 - *Cópia do pedido de acesso à ata nº 4 de 13 de Dezembro de 2012, à mesa da Assembleia, conforme informação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia. -----*
 - *Cópia da ata nº4 de 13 de Dezembro de 2011, com apenas uma assinatura.-----*

- *Cópia do pedido de foto - cópia da ata nº 4 de 13 de Dezembro de 2011, pelo cidadão, José Alfredo Neves Jacinto, com entrada em 23 de Maio de 2012.*

-*Cópia do documento elaborado pelo Presidente da Assembleia, a confirmar a não existência do original, em arquivo da ata nº 4 de 13 de Dezembro de 2012, confirmado pelas Senhoras, funcionárias acima indicadas. -----*

- *Cópia do documento do Presidente da Junta de Freguesia referente à certificação de documentos.-----*

Apresento os meus respeitosos cumprimentos, pessoais e institucionais. -----

*O Presidente da Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima-
Entroncamento -----*

Ezequiel Soares Estrada -----

----- Continuou a sua intervenção referindo ter tido o cuidado de na referida denúncia não estar implícito um problema pessoal como inicialmente tinha comunicado aos membros da Assembleia de Freguesia, omitindo assim o seguinte parágrafo: ***"O Sr Presidente da Junta reagiu aos gritos, referindo por várias vezes, "estou farto de palhaçadas", despiu o casaco atira-o num gesto menos próprio para cima das cadeiras ali existentes, aproximando-se de mim em bicos dos pés com ar agressivo, continuando a gritar e a referir "estou farto de palhaçadas". -----***

----- Deu continuidade à sua intervenção informando que o atrás descrito tinha sido originado em seu entendimento, ao ter informado o Presidente da Junta ter sido abuso de autoridade da parte do mesmo aposar-se de um documento da responsabilidade da Assembleia de Freguesia. -----

----- Em seguida apelou aos membros da bancadas presentes se estariam interessados em se pronunciarem sobre o até então exposto. -----

----- Em virtude da ausência de qualquer manifesto de intervenção por parte dos mesmos, deu continuidade à sua intervenção dando a saber que, como Presidente da Assembleia de Freguesia, tinha sido convocado pelo Tribunal Judicial do Entroncamento, afim de prestar declarações como testemunha do ocorrido no dia vinte de junho de dois mil e doze, informando que o processo se encontrava a decorrer em segredo de Justiça. Deu ainda conhecimento que o cidadão José Alfredo Neves Jacinto, também tinha sido convocado para prestar declarações. -----

----- Continuou a sua intervenção informando, que ao consultar o site da Freguesia, concretamente a ata numero oito de vinte e seis de abril de dois mil e doze, primeira reunião do órgão executivo após a reunião da Assembleia de Freguesia do dia vinte de Abril de dois mil e onze, tinha encontrado um comentário

do Presidente da Junta de Freguesia o qual se transcreve: *"Continuando a sua intervenção referindo-se aos acontecimentos ocorridos aquando da reunião da Assembleia de Freguesia, mencionando concretamente o ter abandonado a sala quando o atual Presidente da Assembleia de Freguesia delegou a Presidência da mesa na 1ª Secretária, tendo ocupado novamente o lugar na bancada do Partido Socialista, utilizando atitudes verbais menos próprias, com o qual o próprio não se identificava, tendo originado a sua retirada bem como do Vogal António Canhoto.*

----- Concluiu informando os presentes que o Tribunal Constitucional viria a julgar de que lado estaria a razão, relativamente ao impedimento da tomada de posse de José Alfredo Neves Jacinto" -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia, concluiu dizendo não serem verdadeiros os factos descritos e, ao ser colocado em ata tinha como tentativa colocar um ónus na sua pessoa. -----

----- Em seguida deu à 1ª Secretária a ata número um, de vinte de Abril de dois mil e doze da Assembleia de Freguesia, onde constava os fatos ocorridos, a qual passou a ler: -----

----- "... Em seguida questionou o Presidente da Junta de Freguesia sobre o assunto em causa em virtude do mesmo ter estado presente na referida reunião e não se ter pronunciado, gostaria de saber qual seria a envolvimento e participação da Junta de Freguesia Nossa Senhora de Fátima sobre a referida matéria. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia usou da palavra dizendo que se lhe era permitido dizia já: "o Senhor como membro daquela casa e Presidente da Assembleia sabe tanto como eu mas o que o Senhor quer é continuar a fazer protagonismo e da maneira como o Partido Socialista conduziu esta Assembleia eu ausento-me, abandono esta casa, abandono a Assembleia". Em seguida o elemento António Canhoto e António Gil abandonaram a Assembleia em simultâneo. A exemplo do que havia acontecido com os restantes membros da Junta de Freguesia que do mesmo modo, já haviam abandonado a sala de reuniões." -----

----- O Presidente da Assembleia tomou novamente a palavra dizendo que, como poderiam constatar não tinha havido palavras injuriosas e menos dignas que tivessem originado o abando da sala pelo Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- Continuou a sua intervenção informando os presentes que, como era do conhecimento de todos, as reuniões eram gravadas em áudio, questionando se os presentes viam algum inconveniente em ser apresentada a respectiva gravação, não tendo havido qualquer oposição por parte dos elementos da Assembleia de Freguesia. Passou-se de imediato à audição da gravação da ata em causa.-----

----- Após a audição da ata, sem que tivesse havido qualquer intervenção. o Presidente da Assembleia de Freguesia continuou no uso da palavra e no cumprimento da Lei, referiu-se à alínea g) do Artº 19º da Lei 5-A e alínea b) do numero 2 do 25º do Regimento constava o seguinte: ***"Competência do Presidente da Assembleia - Comunicar à Junta de Freguesia as faltas do seu Presidente ou do seu substituto legal às reuniões da Assembleia de Freguesia"*** . Disse ter procedido de acordo com a Lei, tendo efetuado a comunicação à Junta de Freguesia Nossa Senhora de Fátima, sobre a falta do Senhor Presidente à Reunião da Assembleia de Freguesia, lendo o referido documento e se passou a transcrever: ----

----- ***"Para devidos efeitos e em cumprimento da Lei nº5-A/200, de 11 de janeiro, primeira alteração à Lei 169/99, de 18 de setembro, compete-me na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima - Entroncamento, comunicar à Junta de Freguesia a falta por abandono e sem justificação do seu Presidente, à Reunião da Assembleia de Freguesia do dia 20/04/2012, de acordo com a alínea g) do Artº 19º, da Lei acima citada..."***. -----

----- Continuou a sua intervenção dizendo que no dia seguinte recebeu uma comunicação da ausência do Presidente da Junta de Freguesia a qual se passou a transcrever: -----

----- ***"No seguimento da comunicação enviada por V.ª à Junta de Freguesia, com a referência 001/AF/2012 de 21/05/2012, acusa-se a receção registando-se que o Senhor Presidente esteve presente em todos os pontos da Ordem de Trabalhos da referida reunião, apenas se tendo ausentado no momento em que o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, abandonou as suas funções de Presidente da mesa vindo juntar-se à bancada do seu Partido na última parte da Ordem de Trabalhos."*** -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia, advertiu os presentes, para o texto atrás descrito, onde afinal não constavam as injúrias de que o Presidente da Junta de Freguesia o tinha acusado de ter pronunciado, realçando a incoerência do mesmo em reunião do órgão executivo e constante na ata numero oito de vinte e seis de Abril de dois mil e doze. -----

----- Em seguida referiu-se ao numero 2 do Artº 23º da Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro na qual contava o seguinte: ***"a junta é constituída por um presidente e por vogais, sendo que dois exercerão as funções de secretário e tesoureiro."***. -----

----- Disse que o próprio ao ter endereçado o ofício e de acordo com a Lei, o tinha efetuado em nome da Freguesia Nossa Senhora de Fátima, existindo porém uma situação muito grave, pois a resposta tinha vindo por parte do Presidente da Junta

de Freguesia e deveria de ter sido dada em nome do seu executivo, usando assim de abuso de autoridade. -----

----- Continuando a sua intervenção fez alusão à ata numero dez de vinte e três de maio, na qual contava o seguinte: "**Ofício recebido do Presidente da Assembleia de Freguesia Nossa Senhora de Fátima do Entroncamento, com a referência nº 001-AF/2012 e datado de 21/05/2012, registado nestes serviços com o nº 220 em 22/05/2012. Assunto: Comunicação da falta por abandono e sem justificação do Sr. Presidente à Reunião da Assembleia de Freguesia do dia 20/04/2012.** -----

----- **O executivo tomou conhecimento, tendo o Presidente informado que em devido tempo respondeu ao Presidente da Assembleia de Freguesia.**"-----

----- Concluiu o Presidente da Assembleia, que era muito grave, que o Presidente da Junta de Freguesia tivesse relevado os membros do órgão executivo e, ao fazê-lo tinha violado a Lei, tendo o mesmo em devido tempo que se justificar em sede do Ministério Público, pelo abuso de autoridade. -----

----- Em seguida disse ser de sua vontade relembrar, que uma das competências da Assembleia de Freguesia na alínea e) no numero 1 e 3 do Artº 17º da Lei 5-A/2002, constava o seguinte: "**Acompanhar e fiscalizar a atividade da Junta, sem prejuízo do exercício normal da competência desta; A ação de fiscalização mencionada na alínea e) do numero 1 consiste numa apreciação casuística, posterior à respectiva prática, dos atos da Junta de Freguesia.**" -----

----- Em seguida referiu-se a um ponto que constava na ata numero oito de vinte e seis de abril de dois mil e doze do órgão executivo, a qual já se encontrava via online onde se lia o seguinte: "**Ofício recebido nestes serviços através do Secretário do órgão executivo José David da Silva Ribeiro, datado de 23/04/2012, registado nestes serviços com o nº 161 em 23/04/2012.** -----

Assunto: Ao abrigo da alínea c) do ponto 3 Art.º 77º da Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, solicitando a suspensão do mandato por um período superior a 30 dias, por motivos de afastamento temporário da área da sua residência. -----

----- **O pedido de suspensão, deve-se a uma viagem e estadia em Angola nos meses de maio e junho do corrente ano, por motivos profissionais, (prestar formação ferroviária).** -----

----- **O executivo tomou apenas conhecimento.** -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a saber aos presentes que aquando da reunião Ordinária da Assembleia de Freguesia tinha comunicado atempadamente por escrito ao Presidente da Junta de Freguesia e de acordo com a Lei o seguinte: "**...Caso a Junta de Freguesia tenha previsto ou pretende incluir**

assuntos na Ordem do Dia, para além da Informação do Presidente, o deve comunicar até ao dia 14/06/2012.". O Presidente da Assembleia de Freguesia disse que, perante o atrás descrito a comunicação recebida tinha o seguinte texto: "*Em referência ao assunto supra citado, informamos que para além da Informação do Presidente e situação financeira até ao dia 15/06/2012, não tem este executivo nenhum outro assunto para ser levado à Reunião Ordinária da Assembleia de Freguesia.*" -----

----- Dando continuidade à sua intervenção e reportando-se à alínea c) no ponto 3 Art.º 77º - Suspensão de Mandato a mesma diz: "*Afastamento temporário da área da autarquia por um período superior a 30 dias e, confrontado com o ponto 6 onde consta o seguinte: "Enquanto durar a suspensão, os membros dos órgãos autárquicos são substituídos nos termos do Artº 79º."* -----

----- O Presidente da Assembleia continuou a sua intervenção lamentando a falta de informação por parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, o qual de acordo com a Lei não a tinha respeitado. Disse ainda, que a Assembleia de Freguesia perante tal incumprimento não queria de forma alguma pactuar com a situação de irregularidade existente. -----

----- Deu continuidade à sua intervenção referindo-se à ata nº 3 de 08/02/2012 do órgão executivo, onde constava o assunto relacionado com a rotunda que tinha estado prevista junto à escola EB 1 N° 3 com o seguinte teor: "*Assunto: Informação sobre a situação reposta, quanto à localização de uma rotunda junto à escola EB 1 nº 3 (confinando com a rua 1º de Maio e rua Professor José Francisco Corujo), a qual foi alterada para o cruzamento junto aos semáforos da rua 1º de Maio, confrontando com a rua Eng.º Alberto Saraiva e Sousa, rua Conselheiro Albino dos Reis e rua Eng.º Henrique Gomes da Silva* . -----

----- *O executivo tomou conhecimento tendo deliberado por unanimidade que fosse dado conhecimento ao munícipe Sr. Paulo Martins.*" -----

----- O Presidente da Assembleia lamentou mais uma vez a falta de informação do assunto em causa perante a Assembleia de Freguesia, continuando assim o desrespeito pela mesma. -----

----- Para finalizar o Presidente da Assembleia de Freguesia informou os presentes, que a convite do Instituto Politécnico de Tomar, tinha marcado presença na Cerimónia de assinatura do Protocolo de Cooperação entre o IPT - Instituto Politécnico de Tomar e a CIM - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, a qual se tinha realizado no passado dia vinte e sete do corrente mês, no auditório principal do CAMPUS - IPT, contando com a presença do Presidente do IPT,

professor Eugénio de Almeida, do Presidente da CIM, Dr. António Rodrigues, também Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas e do Sr. Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, Eng.º Paulo Simões. ---

----- Nas alegações dos intervenientes foram focados o interesse na referida parceria os quais acreditavam que iriam proporcionar um maior desenvolvimento económico para a Região do Médio Tejo, fundamentalmente no desenvolvimento turístico. Apresentaram ainda um vídeo alargado a todos os Municípios que integravam o Médio Tejo, mostrando alguns aspetos de interesse turístico. No referido vídeo o Entroncamento foi referenciado "Como Terra de Afetos". Foram ainda apresentadas imagens do Museu Ferroviário, do Edifício do Município e do Largo denominado José Duarte Coelho. Consideraram que a referida parceria de âmbito interno e caseiro iria levar ao desenvolvimento de projetos, com interação do IPT e Municípios do Médio Tejo, tendo os referidos projetos a particularidade de não acarretar custos elevados ao contrário dos estudos contratados a agentes externos, dando como exemplo o Município do Entroncamento o qual tinha contratado um estudo ao gabinete de "Augusto Mateus" o qual tinha custado milhares de euros, cujo resultado se desconhece.-----

----- Disse que o Sr. Secretário de Estado para além da sua chegada ao protocolo, se tinha pronunciado relativamente a uma possível alteração quanto ao protocolo de governação nas estruturas das Comunidades Intermunicipais, mantendo-se a ideia da implementação da Lei Eleitoral, o órgão executivo das CIM, passaria a tempo inteiro e seria recrutado nos membros eleitos para as Assembleia Municipais e os Presidentes de Câmara que hoje dominavam o executivo com a escolha do Presidente entre os mesmos, passariam para o órgão deliberativo, deixando assim de terem uma ação direta na defesa de interesses do seu próprio Município encarando os problemas num âmbito de Intermunicipalidade. -----

----- Terminada a intervenção do Presidente da Assembleia questionou os presentes para intervirem caso achassem por conveniente. -----

----- A pedido de Isabel Campaniço o Presidente da Assembleia deu a palavra à mesma. -----

- Partido Socialista - Isabel Campaniço iniciou a sua intervenção, desejando as boas vindas à empossada e em seguida disse que gostaria de ver acrescido na ata número um de 20/04/2012 uma adenda sobre a congratulação formulada pelo deputado do Partido Social Democrata António Canhoto o qual se tinha referido à avaliação de Muito Bom atribuída ao Agrupamento ALPHA. -----

----- Continuou a sua intervenção referindo-se ao Infantário da C.P. e gostaria de dar

a saber, que por parte da sua bancada os mesmos estavam recetivos à continuidade do mesmo, no apoio às crianças, docentes e não docentes, ainda que tenha de ter a colaboração da ENCOPROF - Associação Voluntária de Professores. -----

----- O Presidente da Assembleia deu em seguida a palavra a Irene Crispim, membro da bancada do Partido Socialista. -----

- Partido Socialista - Irene Crispim começou por cumprimentar os presentes bem como o representante da comunicação social, desejando que os trabalhos venham a desenrolar de forma tranquila e com serenidade.

----- Em seguida agradeceu o donativo atribuído pela Junta de Freguesia na importância 100,20€(cem euros e vinte cêntimos), aquando da atividade promovida pela Escola EB2 Dr. Rui D'Andrade e integrada no Agrupamento ALPHA, no dia 08/06/2012 denominada "Feira 1900" , tendo a referida verba sido destinada à aquisição de tijelas em barro, as quais foram utilizadas na mesma . O referido evento tinha tido como objetivo a recreação de uma feira em 1900, tendo superado as expectativas, quer a nível de alunos, professores, funcionários e comunidade local, tendo-se realizado no adro da Igreja da Sagrada Família. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu em seguida a palavra a Mário Balsa, membro da bancada do Partido Socialista. -----

- Partido Socialista - Mário Balsa deu início à sua intervenção reportando-se aos elementos da sua bancada os quais repudiavam o comportamento do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Manuel Bilreiro, restantes membros do executivo e membros da Assembleia de Freguesia, António Canhoto e António Gil, ao abandonarem a reunião da Assembleia de Freguesia do dia 20/04/2012, de modo intempestivo e menos próprio, sem razão aparente e justificada, tal como consta nas atas, desconsiderando a Assembleia demonstrando clara falta de ética e de respeito e no caso do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, um total desrespeito e desconhecimento pela Lei, no seu nº 1 do Art.º 12º da Lei 5-A/2002 de 11/01/2012.--

----- Mário Balsa continuou a sua intervenção acrescentando que as declarações atrás proferidas pelo mesmo, enquadravam-se no que havia sido dito pelo Senhor Presidente da Assembleia. -----

----- Por fim passou a referir o ponto 1 do Art.º 12º da Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, onde constava o seguinte: "***A Junta faz-se representar, obrigatoriamente, nas sessões da assembleia de freguesia pelo presidente que pode intervir nos debates, sem direito a voto.***" E no nº 2 do mesmo Art.º pode ler-se: "***Em caso de justo impedimento, o presidente da Junta pode fazer-se substituir pelo seu substituto legal.***". -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu de imediato a palavra a Jorge Faria membro da bancada do Partido Socialista. -----

- Partido Socialista - Jorge Faria começou por cumprimentar os presentes e em seguida disse que iria ter uma intervenção rápida, prendendo-se com a exposição extensa apresentada pelo Presidente da Assembleia e sobre a qual repartiria em três grupos: O primeiro grupo referia-se a um processo movido por um cidadão contra a Assembleia de Freguesia de que o mesmo fazia parte; o segundo grupo tinha a ver com o relato efetuado pelo Presidente da Assembleia e da resposta ao Ministério Público e o terceiro grupo relacionava-se com o despacho vindo do Ministério Público que tinha confirmado a correção das exposições tomadas pela Assembleia as quais tinham sido presididas pela 1ª secretária Rita Cebolais à altura Presidente em exercício. No entender do mesmo seria um processo encerrado, em virtude de ser oriundo de uma instância Judicial, ou seja, os procedimentos tidos pela Assembleia de Freguesia foram corretos e a forma como tinham agido em conjunto, tendo havido sempre unanimidade, não tendo havido qualquer contestação acerca do processo em causa. Disse que seria bom ter a validação por parte de uma Entidade que é detentora de competências legais e o terceiro grupo prendia-se com a denúncia apresentada ao Tribunal Judicial do Entroncamento, nomeadamente o Ministério Público do Entroncamento, acerca de irregularidades detetadas na Assembleia nomeadamente o desaparecimento de documentação e que por tal facto, todos teriam a ganhar em que sejam esclarecidos pelos serviços competentes. Assim, o mesmo acredita que iriam ser esclarecidos pelas Entidades abalizadas, afim de poderem trabalhar em prol do que os unia na Assembleia, que era a vontade de dar contributo para o funcionamento da Freguesia. -----

----- Terminou dizendo se algum dos presentes se encontrava envolvido no desaparecimento da documentação, tendo tido uma atuação menos correta seria bom que o mesmo tomasse a iniciativa e se pudesse retratar junto das Entidades próprias o Ministério Público e a Assembleia, o próprio ficaria satisfeito com essa retratação, afirmando que essa atitude tinha a ver com a iniciativa individual e com o respeito que cada um tem por si próprio, pelos outros e pelos órgãos que representam. -----

----- Acrescentou que na sua vida pessoal e profissional não tinha a veleidade de ter agido sempre da melhor forma, tinha errado quer a nível pessoal quer a nível profissional e quando tal acontecia, tinha a noção do erro, o mesmo corrigia-o, inclusivamente pedindo desculpas. -----

----- Terminou alertando para que nunca se deixa-se de ter em conta as competências da Assembleia de Freguesia, as quais eram bem claras e se encontram

expressas na Lei. Quanto ao órgão executivo da Junta e reforçando o que tinha sido dito pelo Presidente da Assembleia o mesmo era um órgão colegial e não nominal, carecendo assim de um conjunto de decisões, de atitudes coletivas e não de uma decisão nominal, por muito que uma só pessoa o mereça. Referente aos alertas atrás mencionados e como membro da Assembleia, gostaria que o órgão executivo calmamente refletisse sobre o exposto e, havendo alguma situação que viessem a concluir não ter sido correta, tomassem uma atitude de correção e adquirissem uma postura de respeito pela Assembleia. Deu ainda como exemplo aquando da falta de respeito exercida pela Câmara Municipal, ao não ter dado resposta atempadamente e diretamente à Assembleia de Freguesia, tendo o mesmo questionado várias vezes quer o Presidente da Junta quer a Presidente da Assembleia em exercício, sobre o assunto relacionado com a petição apresentada por um município e referente à rotunda junto a escola EB1 N° 3. O mesmo teve sempre como resposta "um não". ----

----- Posteriormente foram informados sobre um Mail que tinha sido enviado para o correio eletrónico privado do Presidente da Junta de Freguesia, como resposta à referida petição, obrigando os mesmos a tecer considerações erradas a respeito da Câmara Municipal e da Presidente em exercício, (a qual desconhecia na sua totalidade a referida resposta), por falta de informação vinda do Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra a um dos elementos do Partido Social Democrata na pessoa de António Gil. -----

- Partido Social Democrata - António Gil deu início à sua intervenção dizendo que *"factos são factos e contra factos não há argumentos"*. O mesmo disse ter ouvido com bastante atenção o memorado exposto pelo Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, dizendo não concordar com a implícita *"sede de poder"* por parte do Partido Socialista, afirmando fazer parte da Assembleia havia já um ano, não se disponibilizando o mesmo a pactuar com situações que em nada engrandeciam a Freguesia, fazendo suas as palavras do elemento do Partido Socialista Jorge Faria. ----
- Continuou a sua intervenção dizendo que a 1ª Secretária (Presidente em exercício) , palavras do mesmo: *"A Primeira Secretária naquela reunião foi obrigada a realizar a reunião por havido muita pressão por parte da Bancada do P.S. e as pessoas que aqui estão presentes lembram-se perfeitamente e o senhor ali só dizia uma coisa: então quando é que isto começa isto nunca mais começa?. Eu nunca o disse mas vou aqui dizer eu cheguei também um pouquinho atrasado, por uma questão profissional não jantei e vim para aqui foi só trocar de roupa e vim para aqui o senhor pode ter razão em muitas coisas eu também não dou razão ao*

Presidente da Junta quando as pessoas se exaltam, falam incorretamente. O senhor lembra-se daquilo que me disse no final da segunda votação quando deu empate o senhor estava ali sentado e no final da votação o senhor disse isto assim"

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia interrompeu a intervenção de António Gil chamando a atenção do mesmo, dizendo que o que estava em causa era a tomada de posse de um membro e não a votação. -----

----- "António Gil continuou a sua intervenção dizendo o seguinte: eu continuo na minha e o senhor na sua o senhor é o Presidente gere esta Assembleia como quiser, quando me quiser cortar a palavra, corta mas o meu raciocínio vai até ao fim senão é pá aquela porta por onde entrei é a mesma por onde saio o problema é seu não é meu porque eu disse no primeiro dia quando vim para aqui que era pelos munícipes e pela Freguesia e estou aqui pelo PSD". -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia solicitou que fizesse por terminada a sua intervenção. -----

----- António Gil continuou no uso da palavra dizendo: "E da parte do senhor desde o primeiro dia não vejo outra coisa senão "sede de poder" mais nada, com respeito ao meu abandono não estou arrependido de o ter feito, ter abandonado a sala e voltava a fazê-lo se fosse preciso no entanto peço desculpa a todos os presentes pelo tê-lo feito, mas nós do PSD também temos uma hierarquia e respeitamo-la e cumprimo-la era só o que tinha a dizer muito obrigado."-----

----- O Presidente da Assembleia deu de imediato a palavra ao elemento do Bloco de Esquerda na pessoa de José Martinho. -----

- Bloco de Esquerda – José Martinho deu início à sua intervenção dizendo que não iria tecer quaisquer comentários ao que tinha sido dito até ao momento, só teria a acrescentar que todas as pessoas presentes eram adultas e teria chegado o momento de tentar ultrapassar as divergências e começar-se a tratar de assuntos relativos à Freguesia e seus munícipes, encontrando-se um caminho para um melhor entendimento, em virtude de estarem todos de acordo que tinham sido eleitos para tal. -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia deu a palavra ao elemento da Coligação Democrática Unitária Manuel Nazaré Luiz. -----

- Coligação Democrática Unitária - Manuel Nazaré Luiz iniciou a sua intervenção dizendo que todo o desenrolar das explanações até então, tinham sido uma consequência da ingenuidade do PSD aquando do desconhecimentos dos mesmos sobre a Lei já referida inúmeras vezes e do aproveitamento político por parte do Partido Socialista. -----

----- Continuou a sua intervenção dizendo que no entender do mesmo, as relações entre o Presidente do Executivo e o Presidente da Assembleia de Freguesia, não eram meramente políticas, mas sim pessoais, considerando o mesmo que perante tais atitudes existiam crispações e guerras pessoais não como adversários políticos, questionando os mesmos : *"Quando navegaram no mesmo barco as relações eram idênticas, duvidando o mesmo pois o barco não tinha naufragado"*. -----

----- Por fim terminou dizendo que embora pertencessem a partidos destintos e ideias diferentes a finalidade era respeitarem-se mutuamente e trabalharem em prol da comunidade. -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra a um dos elementos do Partido Socialista Mário Balsa.-----

- Partido Socialista - Mário Balsa começou a sua intervenção dizendo querer apenas tecer alguma considerações sobre o que tinha sido dito pelos membros das bancadas presentes, considerando que as intervenções dos mesmos durante o decorrer da reunião, tinham sido válidas pelo facto de através da discussão todos estarem em sintonia e, com o objetivo para que foram eleitos. Disse esperar que num futuro, existisse mais profissionalismo, retidão e qualidade no desempenho das funções quer pelos Vogais quer pelos Presidentes de ambos os órgãos, por forma a conseguirem um trabalho visível e meritória para a população e assim fossem merecedores do lugar que ocupavam. -----

----- Para terminar e referindo-se ao que tinha sido dito sobre a *"sede de poder"*, dirigiu-se ao colega de bancada António Gil dizendo não discordar do que o mesmo tinha dito, em virtude de ser a opinião pessoal do mesmo, não a podendo questionar, podendo apenas ilustrar essa opinião com os verdadeiros motivos da bancada do Partido Socialista, que nunca seriam a *"sede de poder"*, pois a referida Assembleia só tinha tido início vinte e cinco minutos após a hora marcada. Disse ainda que embora fossem conhecedores da Lei desde a primeira reunião a qual lhes dava poderes de a exercer, os mesmos não a utilizaram e, mesmo na segunda reunião não tinha sido aventada a referida Lei por parte da bancada do Partido Socialista, mas sim alvitrada por parte do elemento da Coligação Democrática Unitária, Manuel Nazaré Luiz, afirmando novamente, não existir da parte da bancada do Partido Socialista qualquer *"sede de poder"*. -----

----- De imediato o Presidente da Assembleia de Freguesia referiu-se novamente e para que ficasse bem claro perante os presentes, fez alusão à alínea e) ponto 1 do art.º 17º da Lei 5-A/2002 *"Competências, compete à Assembleia de Freguesia: acompanhar e fiscalizar à atividade da Junta, sem prejuízo do exercício normal da*

competência desta". Disse ainda que, todas as matérias apresentadas pelo próprio, tinham sido enquadradas de acordo com a Lei e, ao ter trazido assuntos relacionados com a Junta de Freguesia, tinham a ver com a falta de enquadramento no âmbito da Lei. -----

----- O Presidente da Assembleia deu em seguida a palavra a um dos elementos do Partido Social Democrata na pessoa de João Brito.-----

- Partido Social Democrata - João Brito deu início à sua intervenção, dizendo que o segredo estaria nas últimas palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Assembleia a quando da enunciação da Lei, a qual dizia que era da responsabilidade da Assembleia de Freguesia, acompanhar e fiscalizar a atividade da Junta de Freguesia e, segundo opinião do próprio o Presidente da Assembleia tinha-se limitado a fiscalizar. Disse ainda o seguinte: *" Eu estou um bocado apanhado e não sabia para o que vinha e como dizem os outros eu não estou para isto. Concordo com a "sede de poder", não se calhar de toda a gente do P.S. mas com algumas pessoas do P.S.. Gostei de ouvir o meu querido amigo a falar isto é para acabar mas o acompanhamento é um bocadinho melhor que a fiscalização, mas pronto cada um aproveita-se dos bocadinhos que quer tudo bem só para dizer que fiquei muito chocado com tudo isto que aqui se passou e não sei pormenores porque cheguei tarde cheguei na hora que foi preciso não sei a maior parte dos pormenores mas estou muito chocado com isto. Eu pensava que nós estávamos aqui para resolver problemas das pessoas e não se o nosso quintal é mais bonito que o do vizinho, tenho dito."* -----

----- Após as intervenções dos membros das bancadas presentes, o Presidente da Assembleia passou de imediato à Ordem de Trabalhos. -----

----- ***1º Ponto - Apreciação e Aprovação da Ata nº 2 da Assembleia de Freguesia***

----- O Presidente da Assembleia questionou os presentes se tinham algo a acrescentar relacionado com o referido ponto, tendo havido manifesto por parte de um dos elementos da bancada do Partido Social Democrata João Ricardo Oliveira.---

- Partido Social Democrata - João Ricardo Oliveira iniciou a sua intervenção referindo-se ao título do ponto em causa, questionando se o título do mesmo estaria devidamente correto ou se deveria constar o seguinte: ***"Apreciação e Votação"***. -----

----- O Presidente da Assembleia usou da palavra informando que o próprio tinha sentido dúvidas em relação ao mesmo, no entanto disse que ao consultar a Lei a mesma remetia para ***"Apreciação e Aprovação"*** , no entanto, caso achassem que se deveria de alterar se pronunciassem. -----

----- Não tendo havido qualquer manifesto o Presidente deu de imediato a palavra à 2ª Secretária Cristina Matos, elemento da bancada do Partido Social Democrata. -----

- Partido Social Democrata - Cristina Matos iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e passou a ler o seguinte: -----

Exmo. Sr.º Presidente da Assembleia de Freguesia -----

Exmo. membros da Assembleia -----

----- Na qualidade de 2.ª secretária, dando cumprimento ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta reunião, quero manifestar o meu parecer quanto às informações prestadas sobre as secretárias desta assembleia, pelo Sr.º Presidente no dia da reunião extraordinária, dia 25 de maio, e que constam na ata n.º 2 no 4.º parágrafo da página 23 que passo a citar: -----

“----- Dando continuidade à sua intervenção e na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia, achava-se o mesmo no direito de prestar algumas informações aos presentes, não permitindo qualquer intervenção por parte dos membros da Assembleia e, caso se quisessem pronunciar o poderiam fazer na próxima reunião Ordinária do mês de junho pº fº. As referidas informações prendiam-se em primeiro lugar com a convocação da Reunião Extraordinária, em primeira instância, procurou que a mesma se realizasse por iniciativa da Mesa da Assembleia, ao abrigo do n.º 1 do Artº 14º o da Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, primeira alteração à Lei. n.º 169/99 de 18 de setembro, **pelo que providenciou contato com as Senhoras, primeira e segunda secretárias, as quais não se mostraram recetivas, não tendo dado resposta dentro do prazo indicado, mostrando total desinteresse para a efetivação desta reunião extraordinária.**”-----

----- As informações transmitidas sobre as secretárias carecem de um esclarecimento mais correto uma vez que as mesmas mostraram-se recetivas e colaboraram. -----

----- Na segunda-feira, dia 7 de maio, durante o horário de trabalho das secretárias, as mesmas foram contactadas telefonicamente pela funcionária da Junta de Freguesia, D.ª Fátima, a solicitar uma reunião com o Presidente da Assembleia sem esclarecer o assunto da reunião. As secretárias disponibilizaram-se e deslocaram-se nesse mesmo dia à noite e estiveram reunidas com o Presidente que então lhes comunicou a sua intenção de convocar uma reunião extraordinária a fim de se proceder à reconstituição da Assembleia de Freguesia, empossando o novo elemento. Apresentou-lhes uma proposta escrita para assinarem se concordassem, a qual tenho em minha posse. Como não estávamos a contar com o verdadeiro motivo daquela reunião, refletimos no momento e o próprio presidente referiu que podíamos

pensar melhorar e dar mais tarde uma resposta, no entanto, frisou que mesmo que não fossemos de acordo com a reunião extraordinária, teria um terço dos membros da assembleia necessários para a convocar. -----

----- De facto não foi dada uma resposta porque as secretárias refletiram em conjunto e verificaram que não se justificava uma reunião extraordinária tendo como ponto único empossar o novo elemento da Assembleia de Freguesia, dado que em junho realizar-se-ia a reunião ordinária onde se poderia proceder ao que se pretendia, e uma vez que o presidente demonstrou estar ciente que teria o número suficiente de assinaturas para se realizar a reunião extraordinária. -----

----- Considero que não houve motivo para se proceder às afirmações que constam na ata n.º 2 “...as quais não se mostraram recetivas”...e “ ...mostrando total desinteresse...”. -----

----- Agradecia que estes meus esclarecimentos constassem na ata n.º 3 da Assembleia de Freguesia. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu de imediato a palavra a um dos elementos da bancada do Partido Socialista na pessoa de Jorge Faria. -----

- Partido Socialista - Jorge Faria iniciou a sua intervenção apelando à 2ª Secretária caso estivesse a ler, que fizesse chegar às funcionárias via Mail, para que pudessem transcrever na íntegra o que a mesma tinha acabado de expor. -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia deu a palavra a outro elemento do Partido Socialista Mário Balsa. -----

- Partido Socialista - Mário Balsa referiu que por parte da sua bancada nada havia a acrescentar. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao elemento da bancada do Bloco de Esquerda José Martinho. -----

- Bloco de Esquerda - José Martinho disse nada a opor à referida ata. -----

----- Em seguida o Presidente deu a palavra ao elemento da Coligação Democrática Unitária Manuel Nazaré Luiz . -----

- Coligação Democrática Unitária - Manuel Nazaré Luiz disse nada ter a acrescentar.

*----- O Presidente colocou de imediato à votação a ata número dois, a qual foi **aprovada por maioria**, com ***duas abstenções*** do Partido Social Democrata. -----*

----- De imediato o Presidente da Assembleia passou ao Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

*----- **2º Ponto - Parecer da Assembleia de Freguesia sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica** -----*

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia usou novamente da palavra a fim de se referir ao 2º Ponto - Parecer da Assembleia de Freguesia sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, nº 4 do art.º 11º da Lei nº 22/2012 de 30 de maio - Assembleia da República. -----

----- Em seguida deu conhecimento aos presentes sobre o ofício nº 58/12, datado de 26/06/12, proveniente da Assembleia Municipal e rececionado na Sede da Freguesia Nossa Senhora de Fátima dirigido ao Presidente da Assembleia de Freguesia cujo teor passou a ler e se transcreveu: -----

----- *"Tendo em atenção a Lei nº 22/2012, de 30 de maio, que determina a pronuncia da Assembleia Municipal relativamente à Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, solicita-se que seja diligenciado por Vª. Exª no sentido do cumprimento do disposto na referida Lei, prevendo-se que a **"pronuncia deste órgão tenha lugar na sessão ordinária de setembro do corrente ano, de modo a que se cumpram os prazos estabelecidos."*** -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia informou que a Assembleia Municipal estava a incorrer no incumprimento da Lei ao constar na Ordem de Trabalhos da reunião do dia 25/06/12, o ponto atrás descrito. No entanto, o mesmo foi retirado em virtude de violar a Lei, pois sem a mesma ter em seu poder o parecer das Assembleias de Freguesia nomeadamente Freguesia S. João Baptista e Freguesia Nossa Senhora de Fátima nunca poderia constar no referido Edital. -----

----- Em seguida o próprio tinha informado via ofício nº 010-AF datado de 28/06/2012 e dirigido à Presidente da Assembleia Municipal com o seguinte assunto: Lei nº 22/2012, de 30 de Maio o qual se passou a transcrever: *"Para devidos efeitos, informamos que a Assembleia de Freguesia Nossa Senhora de Fátima, diligenciou a devido tempo, o cumprimento do disposto na referida Lei, conforme Edital, publicado a 15 de junho de 2012, de que se anexa cópia."* -----

----- Em seguida deu a palavra à bancada do Partido Socialista na pessoa de Mário Balsa. -----

- Partido Socialista - Mário Balsa começou por ler o um pequeno texto o qual representava a posição do Partido Socialista que se passou a transcrever: -----

----- *Caras e caros deputados da Assembleia de Freguesia de N.S. de Fátima, é com regozijo que a bancada do Partido Socialista observou a retirada do ponto referente à reorganização administrativa da ordem de trabalhos da última Assembleia Municipal do Entroncamento, adiando para a próxima reunião esta discussão.* -----

----- *Esta decisão aparece após o Partido Socialista se ter manifestado contra a proposta de discutir o ponto em Assembleia Municipal antes de se ouvirem as*

freguesias recomendação constante da Lei, e após a Assembleia de Freguesia de N.S. de Fátima, através do seu Presidente, ter agendado o ponto para ser discutido na assembleia de 29 de junho de 2012. -----

----- Embora saibamos da vontade da maioria PSD, tanto local como nacional, em atropelar o princípio da autonomia das autarquias em que se inserem as freguesias, a verdade é que não admitimos o argumento de que nenhuma freguesia votará a sua extinção. -----

----- Nós, deputados da Assembleia de Freguesia de N.S. de Fátima, independentemente da bancada que representamos, somos pessoas razoáveis e disponíveis para a discussão. Não admitimos é que a autonomia deste órgão seja atacada por uma leizinha traçada a régua e esquadro a partir de um gabinete em lisboa, por alguém que revela uma total falta de sensibilidade social e um desconhecimento gritante da diversidade e pluralidade que é o nosso país. -----

----- O PS Entroncamento defende que a reorganização das freguesias deve ser efetuada com base na cooperação estreita entre os autarcas das freguesias e os do município envolvendo de forma ativa a população no processo. -----

----- Compreendemos que se torne urgente introduzindo maior racionalidade na máquina do estado e encontrar o equilíbrio desejável entre todos. -----

----- Desta forma, enquanto Deputado desta Assembleia e enquanto Presidente do PS Entroncamento, não posso abdicar de uma política de proximidade entre a população e os seus representantes no poder político, independentemente do modelo que se adote. -----

----- Depois de ter lido o texto atrás descrito, Mário Balsa disse ainda o seguinte:----

*----- O Partido Socialista desde sempre defendeu esta proximidade, aquando da criação desta freguesia pelo PSD, que foi a reboque de uma proposta do CDS, o PS já defendia que o que deveria ser adotado seria um balcão de atendimento, uma extensão da Freguesia do Entroncamento na zona norte da nossa cidade, evitando os inconvenientes que se verificaram para a população **"custos elevados com as alterações ao registos prediais ou até a confusão que se verificou durante os atos eleitorais, sem que as pessoas soubessem onde votar"** e garantindo a representatividade dos serviços junto da população. -----*

----- Mesmo assim o executivo PSD avançou para a criação da freguesia. Tal como na altura, também hoje é o PSD que tem a capacidade decisória e portanto a última palavra. Foi o Partido Social Democrata que criou a freguesia, deve ser o PSD o primeiro a dizer o que pretende fazer agora. -----

----- Não sabemos se pretende manter as duas freguesias ou alterar a forma atual?-

----- *Não sabemos se pretende envolver a população?* -----

----- *Embora não saibamos o que o PPD/PSD pretende fazer, se tivermos como exemplo as ameaças do Governo, de que toma a decisão no gabinete caso a Assembleia Municipal não tome a decisão de extinguir freguesias, e olhando para a primeira decisão da Assembleia Municipal de não ouvir as duas freguesias do Entroncamento desconfiamos que coisa boa não será?* -----

----- *Sr. Presidente, não podemos admitir que recaia novamente nos bolsos dos Entroncamentenses os custos que advêm dos devaneios de alguns políticos que deveriam pugnar por defender os nossos munícipes ou que deveriam conhecer a realidade do nosso Distrito muito bem.* -----

----- *Relembramos que a possibilidade de manter as duas freguesias, evitando problemas e encargos financeiros para os cidadãos, também é uma possibilidade no caso do Entroncamento. Sr. Presidente Bilreiro e Sr. Presidente Jaime Ramos pensem primeiro nos nossos munícipes no que é melhor para eles e deixem o seguidismo e o chapéu-de-chuva do Sr. Ministro Relvas.* -----

----- *Quando chegar o momento da decisão é imperioso que os nossos cidadãos não sejam mais uma vez atacados nas suas já debilitadas capacidades financeiras por mais uma decisão tão errada como a que estamos a discutir.* -----

----- *O PS está e estará atento a este processo e não hesitará em denunciar nos órgãos respetivos e junto da população todas as decisões que sejam atentatórias para a mesma.* -----

----- Em seguida o Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra ao elemento da Coligação Democrática Unitária Manuel Nazaré Luiz. -----

- Coligação Democrática Unitária - Manuel Nazaré Luiz iniciou a sua intervenção dizendo estar contra a extinção das duas freguesias ou até mesmo à agregação das mesmas. No entanto, caso viesse a existir a obrigatoriedade da unificação das mesmas, em seu entender, seria a Junta de Freguesia Sul a agregar-se à da zona Norte, em virtude da mesma ser detentora de maior número de eleitores, densidade populacional e ainda possuir Sede própria com condições devidamente adequadas para servir a população. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia esclareceu os presentes, segundo o que estava previsto na Lei em caso de agregação das freguesias, seria visada a Freguesia Nossa Senhora de Fátima em virtude de reunir as condições exigíveis. -----

----- O Presidente da Assembleia deu em seguida a palavra ao elemento da bancada do Bloco de Esquerda José Martinho. -----

- Bloco de Esquerda - José Martinho iniciou a sua intervenção dizendo ser um assunto de difícil resolução tendo em conta todo o desenrolar até então explanado pelos seus colegas de bancada. O próprio sentia alguma dificuldade em tecer um rumo certo para o destino das freguesias. -----
----- Em seguida o Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra a um dos elementos da bancada do Partido Social Democrata na pessoa de João Ricardo Oliveira. -----
- Partido Social Democrata - João Ricardo Oliveira deu início à sua intervenção referindo-se aos parâmetros de agregação no art.º 6º da Lei nº 22/2012 de 30 de maio, no ponto 3, onde se lia o seguinte: *"Sem prejuízo do número anterior, a reorganização administrativa do território das freguesias não é obrigatória nos municípios em cujo território se situem quatro ou menos freguesias"*. Continuou a sua intervenção referindo-se à pronuncia da Assembleia Municipal no art.º 11º ponto 4 onde se lia o seguinte: *"As Assembleias de Freguesia apresentam pareceres sobre a reorganização administrativa territorial autárquica, os quais, quando conformes com os princípios e os parâmetros definidos na presente Lei, devem ser ponderados pela assembleia municipal no quadro de preparação da sua pronuncia"*. Deu continuidade à sua intervenção referindo-se à alínea b): *"Apresentar à Assembleia da República propostas concretas de reorganização administrativa do território das Freguesias, em caso de ausência de pronúncia das Assembleias Municipais"*. -----
----- Disse em seguida ser detentor de uma Proposta de Deliberação/Parecer por parte da bancada do mesmo, afirmando ser propósito do partido que representa, Partido Social Democrata dar continuidade às duas freguesias, passando de imediato à leitura da mesma: -----

Proposta de deliberação/Parecer

Em cumprimento do disposto no ponto 4, do Artigo 11º, da Lei nº 22/2012, de 30 de maio, a Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, do concelho do Entroncamento, emite o seguinte parecer: -----

- As disposições do diploma que estabelece os objetivos, os princípios e os parâmetros da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica e define e enquadra os termos da participação das autarquias locais na concretização desse processo estabelece que cabe às Assembleias de Freguesia a emissão de parecer sobre a mencionada reorganização e que estes devem ser ponderados pela Assembleia Municipal no quadro da preparação da sua pronúncia. -----

- O ponto 3, do Artigo 6º, do mesmo diploma, dispõe que “sem prejuízo do disposto no número anterior, a reorganização administrativa do território das freguesias não é obrigatória nos municípios em cujo território se situem quatro ou menos freguesias.” -----
- Nestes termos, a Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, do concelho do Entroncamento, concelho em que existem apenas duas freguesias, pronuncia-se no sentido de que se mantenha a organização administrativa atual. -
Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, do Concelho do Entroncamento, em 29 de junho de 2012. -----
Os Eleitos do PSD na Assembleia de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima -----
----- Após a leitura da Proposta de Deliberação/Parecer, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu em seguida a palavra a Mário Balsa membro da bancada do Partido Socialista. -----
- Partido Socialista - Mário Balsa disse querer apenas tecer uma nota de esclarecimento endereçada ao Senhor Manuel Nazaré Luiz, a qual se prendia com a opinião formulada pelo mesmo e referente ao balcão de atendimento da Junta de Freguesia na zona norte. Disse estar num contexto diferente em virtude de à época a cidade se encontrar numa organização bastante destinta, onde a freguesia norte não tinha suplantado a freguesia da zona sul o que presentemente era uma realidade discrepante. -----
----- Assim, disse que por parte da sua bancada não discordavam na totalidade do que tinha sido apresentado por parte da bancada do Partido Social Democrata, na Proposta de Deliberação/Parecer. Perante o exposto na referida, queria apenas ressaltar uma nota sobre a qual e em seu entender era a de maior importância prendendo-se com a ameaça do Governo a nível nacional, não colocando em risco a nossa cidade pois poder-se-ia ir até quatro freguesias. -----
----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra a Jorge Faria membro da bancada do Partido Socialista. -----
- Partido Socialista - Jorge Faria começou por cumprimentar o João Oliveira membro do Partido Social Democrata, em virtude de o mesmo ter apresentado um trabalho que no entender do próprio, poderia ser levado a discussão e votação, mostrando de imediato a sua disponibilidade . -----
----- Contudo adiantou que, na referida senda, deveria de haver uma reflexão sobre o interesse da Freguesia e do Concelho afim de se poder discutir outro cenário, porque efetivamente a Lei excecionava a possibilidade de podermos ter até quatro freguesias. -----

----- Em seguida referiu-se à proposta de reforma "*pomposamente assim chamada*" tinha tido um percurso muito acidentado, tendo começado pela justificação inicial a qual tinha a ver com a reorganização administrativa em causa, se viesse a promover poupanças significativas no Orçamento do Estado. Disse ser do conhecimento de todos o custo do funcionamento dos aparelhos políticos das Juntas de Freguesia de todo o País, as quais custavam um décimo do que custava o Conselho de Ministros. Assim, a base para a referida reforma ficava um pouco sem sentido, em virtude da existência de uma Lei e perante a mesma, um projeto que o próprio não tinha qualquer dificuldade em acompanhar. -----

----- Continuou a sua intervenção, seguindo o raciocínio do já fora apresentado por outros colegas de bancada e, tendo em conta essa possibilidade em que a Lei permite ser criada uma única freguesia com Sede na zona norte, de acordo com os parâmetros da Lei e um balcão de atendimento na zona sul. -----

----- Concluiu enumerando quais as consequências que daí poderiam advir, ou seja em termos políticos passaria a haver apenas um órgão político, uma Junta e uma Assembleia, não estando em risco os postos de trabalho das funcionárias. Para os particulares iria existir alguns custos os quais deveriam de ser acautelados, pois com a alteração administrativa, a mesma deveria de ser acompanhada no seu enquadramento legal, nomeadamente nas transferências ao nível dos registos prediais os quais deveriam de passar a automáticos, afim de não voltar a existir a confusão do passado. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra a Mário Balsa membro do Partido Socialista. -----

- Partido Socialista - Mário Balsa começou por dizer que gostaria de colocar uma questão a qual se relacionava com a Proposta de Deliberação/Parecer, apresentada pela bancada do Partido Social Democrata e, posteriormente ao que tinha sido dito por parte do seu colega de bancada Jorge Faria, referindo-se ao acautelar dos custos, no caso de haver uma imposição por parte do Governo. Sugeriu que fosse aditado um paragrafo o qual tinha como finalidade acautelar os encargos em causa. -----

----- O Presidente da Assembleia deu de imediato a palavra a João Oliveira. -----

- Partido Social Democrata - João Ricardo Oliveira iniciou a sua intervenção, dizendo que por parte da sua bancada não haveria qualquer inconveniente em que fosse aditado um paragrafo destinado a acautelar situações de quais encargos. -----

----- De imediato o Presidente da Assembleia tomou a palavra referindo-se ao início do processo em causa, o qual tinha sido em seu entender precipitado, começando com o chamado "Livro Verde" onde no mesmo nenhuma das freguesias obedecia aos

requisitos necessários. No entanto, havia a promessa do Sr. Ministro Miguel Relvas que nenhum português ficaria sem Presidente de Junta e aí, o Entroncamento por inerência desse prometimento iria ter apenas uma freguesia. Posteriormente tinha surgido uma alteração à Proposta de Lei "Livro Verde", a qual permitia que o Entroncamento pudesse vir a ter até, quatro freguesias. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra a Irene Crispim. -----

- Partido Socialista - Irene Crispim iniciou a sua intervenção apelando para que fossem ultrapassadas questões de discussão as quais não conduziam a nada, congratulando-se com a construção que estava a ser iniciada no interesse da defesa dos munícipes. -----

----- Disse ser sua opinião que fossem mantidas as duas Freguesias, no interesse dos cidadãos e que não viesse a onerar mais custos aos mesmos, caso ficasse apenas uma Freguesia. Manifestou ser sua vontade, que a Proposta apresentada fosse levada à Assembleia Municipal em termos consensuais. -----

----- Concluiu a sua intervenção dizendo que a criação da Sede da Freguesia Nossa Senhora de Fátima tinha sido uma mais valia para o Concelho, embora tenham existido algumas situações, as quais tinham sido apresentadas em Assembleia de Freguesia, sem que tivesse havido quaisquer resultados conclusivos, dando como exemplo a colocação de sinalização dos limites da Freguesia, a qual continuava aguardando a sua delimitação. -----

----- O Presidente da Assembleia de Freguesia deu como encerrada a reunião -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão eram vinte e três horas e trinta minutos, para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e por mim Maria Palmira Beato Cardoso Garcia Domingues, assistente técnica, que a lavrei. -----
